

## Classes médias urbanas: formação, natureza, intervenção, na vida política

PAULO SERGIO DE M. S. PINHEIRO

As ilustrações históricas do papel das classes médias permanecerão insatisfatórias enquanto questões teóricas —como a definição do conceito, a composição e os limites dessa classe— não estiverem suficientemente controladas e não se dispuser a fazer uma penetração direta no tema histórico<sup>1</sup>. De nada adiantará continuar engordando de minúcias a série de eventos tradicionalmente imputados às classes médias. Entretanto não será ainda aqui que essas questões serão resolvidas: pretendemos simplesmente privilegiar alguns aspectos relativos à *identificação* das classes médias e à *imputação* de práticas políticas concretas a essa classe, cujo exame possa talvez contribuir para que o estudo do tema venha sair das dificuldades em que repetidamente se tem envolvido<sup>2</sup>. Na questão da imputação, ao ser atribuída à classe uma importância que está muito distante de seu papel no processo histórico, parecem estar situados a maior parte dos equívocos relativos à avaliação da performance dessa classe. *A pretensão será partir do levantamento do desempenho efetivo das classes médias na primeira república e analisar suas características, evitando-se supor o que deveriam ou teriam podido realizar*<sup>3</sup>.

### FORMAÇÃO E NATUREZA

A compreensão do papel das classes médias ao nível político obriga a localização do conceito dessa classe na teoria da estrutura de classes. Essa teoria dá melhores condições de se analisar o relacionamento das classes médias com as outras classes e, principalmente, os aspectos políticos de como essa classe passou a se definir e a existir nas articulações do poder político. A questão não passou despercebida a Décio Saes<sup>4</sup>, que, diante da dificuldade de conceituar as classes médias, tomou a opção prudente de se referir a “camadas médias urbanas”. Parece-nos, entretanto, que esse conceito ao invés de evitar os obstáculos, multiplica-os, pois o marco da estratificação social, ao qual alguns de seus aspectos estão ligados, é incapaz de dar conta dos aspectos relacionais entre as

classes sociais. É claro que a simples opção por um conceito não resolve a questão, porque as dificuldades permanecem ao nível do conceito isolado e somente poderiam ser resolvidas no campo mais amplo da teoria da estrutura de classes. Esse problema em se definir o conceito de classes médias é comum a toda tentativa de se tratar teoricamente um conceito isolado, quando esse deveria estar sendo definido no quadro de uma teoria<sup>5</sup>.

No caso das classes médias muita vez se teve a impressão de que a definição do conceito não precisaria estar referida a nenhuma teoria e que sua eficácia teórica seria dada pelo peso fatural da série de acontecimentos; em outras palavras, procurou-se evitar a discussão do conceito, julgando-se que a descrição histórica do objeto das pesquisas pudesse trazer em si essa definição. Para a superação dessa tendência, as exigências colocadas pela teoria da estrutura de classes são mais capazes de contribuir para a definição do conceito —e por consequência de dar melhores possibilidades para o exame da questão dos limites da classe— do que os princípios da estratificação social.

Levando isso em conta, caberia lembrar que as classes dentro da estrutura de classes só podem ser definidas historicamente, enquanto pensadas nas relações com as outras classes (relações de antagonismo e de complementaridade) e definidas segundo critérios situados em diversos níveis da estrutura social (econômico, político, ideológico)<sup>6</sup>. É impossível concebê-las num vácuo: somente o exame das relações dessas com outras classes pode levar ao conhecimento da homogeneidade de sua orientação política e da forma de suas manifestações. As classes médias não podem ser pensadas segundo um conjunto de características elaboradas exclusivamente para uma só classe, individualizada. Se esse aspecto é essencial para o estudo de outras classes, como a burguesia e o proletariado, é condição indispensável numa análise das classes médias, verdadeiras “basculantes”, para usarmos a metáfora de Poulantzas, entre aquelas duas classes<sup>7</sup>.

É sempre difícil precisar os limites exatos de uma classe, tendo em conta que inúmeras formas de transição atenuam as diferenças sociais na estrutura de classes<sup>8</sup>. Esse problema é ainda maior no que diz respeito às classes médias porque se compõem de conjuntos que têm diversa localização ao nível econômico, o que torna mais complexa a avaliação desses limites. Esses dois conjuntos podem ser caracterizados como antigas classes médias (ou pequena burguesia) e novas classes médias (ou simplesmente classes médias). Alguns autores, como Boris Fausto<sup>9</sup>, ao tratarem da primeira república, reconheceram a impossibilidade, no estado atual das pesquisas, de estabelecer diferenças entre os dois conjuntos. Seria demais pretender que as antigas e as novas classes médias nessa fase republicana tivessem efeitos político-ideológicos que pudessem ser especificados claramente, o que torna a opção de Fausto correta; mas, para tornar explícita essa diversidade (que o próprio emprego do con-

ceito no plural quer indicar) no plano econômico, é conveniente indicar sumariamente as diferenças entre os dois conjuntos.

Durante muito tempo a dicotomia burguesia/proletariado, presente na teoria da estrutura de classes, constituiu uma objeção para a consideração das classes médias. Essa dificuldade foi em parte superada quando foi possível perceber que essa dicotomia pura só existia ao nível do modo de produção, formulado teoricamente: nas formações sociais concretas essa dicotomia não dá conta completamente da estrutura de classes, em consequência da coexistência numa formação de elementos de diferentes modos de produção ou de formas históricas de transição. A sobreposição de elementos de modos de produção pré-capitalistas provoca o aparecimento de classes, como as antigas classes médias, que não estão situadas integralmente ao nível de temporalidade do modo de produção capitalista. As classes médias, portanto, se situam numa oposição intermédia em relação à contradição principal capital/trabalho inerente ao modo de produção capitalista.

As antigas classes médias compreendem a pequena produção e o pequeno comércio<sup>10</sup>. A pequena produção é constituída de formas de artesanato ou de pequenas empresas familiares onde o mesmo agente é proprietário e tem a posse dos meios de produção e é ainda trabalhador direto (o trabalho é geralmente fornecido pelo proprietário ou pela família, que não recebe salário); o pequeno comércio, onde o proprietário, ajudado pela família, fornece o trabalho e só excepcionalmente emprega mão de obra. Além desse conjunto há as novas classes médias, constituídas pelos trabalhadores assalariados ligados à esfera de circulação do capital e por aqueles que contribuem para a realização da mais valia: empregados assalariados do comércio, dos bancos, das agências de venda, assim como os empregados de "serviços". Também é o caso dos funcionários do Estado, do aparelho do Estado (serviços públicos) e dos aparelhos ideológicos do Estado (comunicações, imprensa, educação, etc.)

Esses dois conjuntos, como pode ser constatado, não têm em comum se não sua coincidência negativa de não pertencerem nem à burguesia nem ao proletariado. O reconhecimento desses conjuntos como fazendo parte da mesma classe será possível graças ao fato de terem efeitos ao nível ideológico e ao nível político, significados análogos, apesar de conteúdos específicos. Esse aspecto da presença das classes médias na estrutura de classe tornará indispensável a referência às relações ideológicas, para se construir a possibilidade de sua identificação na formação social. A não-limitação dos critérios de identificação dessa classe ao nível econômico permite dar conta de algumas práticas políticas que de outra maneira poderiam passar despercebidas.

As análises relativas à origem e à estrutura interna das classes médias na primeira república têm tentado superar as dificuldades impostas pela teoria da estrutura social à pesquisa concreta, através da apresentação da composição dessa classe em cortes próprios à estratificação social. É

o caso, por exemplo, de Carone<sup>11</sup> que propõe tres camadas de classes médias. A alta classe média, seria originária das ricas classes médias agrárias que se orientara para as profissões liberais, a alta administração é composta ainda de técnicos industriais e alguns setores do médio comércio e da média indústria. A classe média “intermediária” de formação mais complexa, seria composta de imigrantes, de segmentos de classes decadentes, elementos liberais e do exército, alguns deles se havendo dedicado a profissões artesanais e ao pequeno comércio. A baixa classe média, enfim, seria formada de funcionários públicos, artesãos.

A indicação dessa camadas, na realidade, apesar de significar um esforço para o conhecimento da composição das classes médias, não distingue as antigas classes médias das novas classes médias, o que não contribui para a avaliação do papel político das classes médias. Não se pretende com isso recusar a necessidade de indicar o processo de formação da estrutura interna das classes médias: talvez os cortes não devam ser realizados horizontalmente mas em torno de processos que possam explicar a aglutinação dos diferentes conjuntos que compõem a pequena burguesia e as classes médias, como a imigração, a urbanização e a burocratização e, em menor escala durante a Primeira República, a industrialização com seu peso de racionalidade, de técnica. O estudo desses processos, ao longo dos quais se constituíram as classes médias, deve servir para a tentativa de superar a dicotomia “pura” entre a burguesia e o proletariado, e para explicar a “performance” política daquelas na luta entre classes. Cortar as categorias resultantes desses processos em camadas pode prejudicar a imputação de práticas concretas ao nível político e a especificidade diversa da formulação ideológica dos diferentes conjuntos. A descrição dos dois conjuntos das classes médias é necessária na medida em que a identificação das classes médias repousa principalmente no exame dos efeitos ideológicos e políticos. Sendo diverso o conteúdo desses efeitos, essa especificação pode trazer em si numerosos dados para análise da prática política das classes médias.

Entretanto, a simples aplicação dos critérios de divisão das classes médias em dois conjuntos à estrutura de classes da sociedade brasileira na primeira república, não resolve a questão da identificação das classes médias. Em primeiro lugar deve ser levado em conta que a pequena produção, se considerada no campo, jamais se consolidou. Quando nos referimos a antigas classes médias estamos nos referindo especificamente a pequenas unidades urbanas de produção artesanal ou fabril e ao pequeno comércio. Em segundo lugar pode parecer incorreto falar de novas classes médias, quando se deve levar em conta que o processo de surgimento desse segundo conjunto das classes médias se dá no bojo da dependência do complexo agrário mercantil. Assim, os processos de urbanização e de burocratização e de industrialização (na primeira fase) ocorrem sob a dominação do complexo agrário-mercantil, o que cert

ente contribuirá para que esse segundo conjunto seja pouco diferenciado do primeiro, pelo menos na Primeira República.

Essa expansão de novas classes médias se dá na última etapa do desenvolvimento do capitalismo agrário — ascenso da economia cafeeira, multiplicação das atividades governamentais — que se acompanha do aumento da população urbana<sup>12</sup>. Nessa análise é indispensável levar em conta a distinção entre o puro crescimento vegetativo do setor industrial (provocado pelas oportunidades abertas pela expansão da economia agrário-mercantil) e industrialização enquanto processo social de transformação da sociedade capitalista agrária. Por industrialização se entenderá não só o desenvolvimento das forças produtivas e mecanização, mas aceleração da visão social do trabalho, dominação crescente do capital sobre o trabalho, submissão da economia agrária às necessidades industriais, imposição ao conjunto da sociedade de critérios capitalistas de “racionalidade” (entendidas como produtividade, expansão)<sup>13</sup>.

A descolagem da acumulação industrial do complexo cafeeiro só ocorrerá a partir de 1929. Ao nível do bloco no poder (o conjunto das classes dominantes) também ocorrerá modificações: ao nível político ocorrerá o que se poderia igualmente chamar de descolagem entre os grupos ligados ao complexo cafeeiro e o Estado, abrindo a possibilidade para a ruptura da antiga hegemonia dos grupos cafeeiros e a formulação de novas demandas de classe. Assim, o surgimento e a expansão dessas classes médias estará ligado ao aparecimento do que chama Décio Saes de *mercado de trabalho não manual urbano*<sup>14</sup>. Diferentemente dos processos de substituição das classes médias nos países centrais, esse mercado começa a ser delineado numa etapa de capitalismo agro-mercantil, pré-industrial. Naturalmente essa dependência fará com que muitas das expectativas colocadas na capacidade de manifestação autônoma das classes médias pareçam um mero decalque do desempenho de classes médias situadas em outras conjunturas históricas. O procedimento de envolver as classes médias no interior da estratificação social tem ainda o risco de levar a uma problemática de mobilidade social quando, na verdade, o problema a ser considerado é o da manifestação ao nível político dessas classes. Ilusão dessa questão é a não distinção entre algumas frações das classes médias e do proletariado, quando os limites entre essas duas classes não são percebidos claramente<sup>15</sup>. O que pode provocar a ocultação da presença respectiva de cada uma dessas classes em manifestações políticas. Apesar de frações das classes médias e setores operários enfrentarem os mesmos problemas (carestia, baixos salários, más condições de habitação) “as suas diferentes situações sociais impediam que essa identidade se agiasse no estabelecimento de laços políticos e organizacionais, na medida em que davam origem e perspectivas (ou ausência delas) não favoráveis de análise das dificuldades mencionadas”<sup>16</sup>. É o problema da oscilação basculante das classes médias, menos do que confusão dos limites de estratos; as classes médias vivem de maneira diferente a con-

tradição entre capital e trabalho presente na formação social capitalista, participando da natureza dos dois polos. Em alguns momentos, essa oscilação —resultado de sua situação “anfíbia”— penderá para o lado do proletariado, o que não significa que a perspectiva política das classes médias seja necessariamente a mesma do proletariado.

Situações desse tipo podem ser observadas nas manifestações do tenentismo —levados em conta os problemas colocados por esses “representantes” das classes médias— e suas dificuldades de aproximação ou de articulação com o movimento operário. A atitude dos tenentes em relação às massas populares é antes de tudo apresentada como uma ação tutelar, justificada pela impotência das massas de se rebelar eficazmente contra o poder estabelecido: só o exército teria condições desejáveis para abater esse poder. Ao lado dessa preocupação de tutela em vista da eficácia, a ação tutelar se impõe também para prevenir as consequências desastrosas nas relações sociais que uma intervenção comandada pelas massas populares poderia provocar. Essa desconfiança, esse temor se liga à atitude dos setores dissidentes dar forças políticas dominantes que queriam desencadear um processo de mudança política sem que as massas populares tivessem acesso. O controle das massas populares, sempre presente no discurso tenentista, pode ser aproximado sem dificuldade do temor de proletarização das classes médias.

Cabe ainda apontar o aspecto de diversidade regional que interfere na composição das classes médias, para que não se caia na generalização dos casos dominantes (mas que não podem ser estendidos a todas as unidades da federação) do Rio de Janeiro e de São Paulo. Deixar de lado esse aspecto é reproduzir ao nível teórico a dominação das classes dominantes tradicionais do Rio de Janeiro e de São Paulo, efetivamente exercida ao nível político concreto: o que reforçaria na análise a inexorabilidade dessa dominação e fecharia as possibilidades de pensar a mudança ou de conhecer o verdadeiro desempenho das classes médias. No Brasil, as classes dominantes se compunham de várias “oligarquias” regionais articuladas, de base sócio-econômica distinta: no Nordeste, puramente latifundiário.—patrimonialista, em São Paulo, agrário-mercantil. Esses padrões de dominação diferentes geravam situações diversas de dependência das classes médias<sup>17</sup>. Por isso, é necessário considerar a diferenciação existente nas características sociais ou profissionais sob as quais aparecem em cada região os componentes das classes médias, pois não se pode considerar com os mesmos padrões a formação da classe média em todo o Brasil. A diferenciação surgiu das atividades, do modo de vida, da exploração econômica, rural ou urbana. A identificação das classes médias deve partir obrigatoriamente dessa diversificação<sup>18</sup>.

Nessa linha é possível, por exemplo, fazer uma diferenciação na formação da classe média no sul e no norte. No sul, classes médias sem coesão, sem unidade, composta pelos pequenos fazendeiros que abandonavam o campo, assim como colonos e seus descendentes que pretendiam subir

na escala social. No Norte, as grandes famílias proprietárias decadentes forneciam contingentes de funcionários públicos, grupos profissionais, empregados de indústrias e comércio, proprietários de pequenos negócios<sup>19</sup>. Aprofundando essa diferenciação regional, Décio Saes, ao tratar especificamente dos grupos urbanos, tentando mostrar como ocorreu o processo em regiões diferentes, apresenta o conjunto das classes médias como composto de “grupos destituídos” e de “grupos ascendentes”. Apesar desses grupos estarem caracterizados através da estratificação social, é possível conjugá-los com a exigência de levar em conta a diferenciação regional na descrição dos diferentes processos de formação das classes médias. De qualquer modo seria conveniente deixar claro que essa indicação da relevância da diversidade regional não pretende escamotear a questão fundamental que continua sendo a relação entre as classes médias e as classes dominantes. Justamente pelo fato de o desenvolvimento capitalista ser desigual no conjunto da formação social dependente, essa diversificação regional poderá contribuir para a melhor reconstituição dessa relação fundamental.

No final do século XIX a crise na economia agrário exportadora e o desenvolvimento do setor público do Estado vão favorecer a absorção na burocracia civil e na categoria militar de grupos ligados à exploração rural. O desenvolvimento urbano, que se acelera depois da guerra, provocará a expansão do pequeno comércio nos centros mais importantes do país, assim como de pequenas indústrias. Há o aumento das antigas classes médias —pequenos comerciantes, artesãos, pequenos industriais, alfaiates, carpinteiros e sapateiros— e das novas classes médias —funcionários públicos, assalariados. A urbanização ocorrerá simultaneamente com o crescimento da burocracia dos serviços públicos como resultado de um processo que será caracterizado pelo alargamento da área de intervenção do estado na economia, a extensão da área geográfica efetiva na qual a ação governamental se exercia e pela dilatação do sistema administrativo do país<sup>20</sup>. A categoria dos intelectuais, dos profissionais “liberais” —advogados, médicos, engenheiros, professores, jornalistas— também se expande. Para isso muito terá contribuído a criação de novas faculdades e a expansão do ensino secundário. O Império já havia aberto essa tendência ao favorecer a fundação de escolas superiores em detrimento de uma rede de ensino primário ou da alfabetização do conjunto da população. Depois de 1910, as escolas de ensino técnico e profissional serão criadas em diversos estados: escolas de agricultura e de veterinária, escolas de aprendizes e de artesãos, escolas de comércio. Em 1916 já havia 16 faculdades de direito que formavam cerca de 408 bacharéis por ano; em 1920 a primeira Universidade Brasileira se constitui na

capital federal; em 1930, havia 350 estabelecimentos de ensino secundário e 200 de ensino superior.

Para se ter uma idéia da expansão dessa classe médias convém comparar —ainda que levadas em conta as distorções entre os vários censos— a evolução entre 1872 e 1920 do “mercado de trabalho não manual” no Distrito Federal, São Paulo, Rio Grande do Sul e no Brasil globalmente:

*População ativa “não manual” com exclusão de proprietários, capitalistas e de empresários em 1872*

<i>Profissões</i>	<i>Município neutro</i>	<i>SP</i>	<i>RGS</i>	<i>Brasil</i>	<i>%</i>
Religiosos .....	264	284	139	2.698	0,36
Juízes .....	78	226	51	968	0,10
Advogados .....	242	333	36	1.674	0,17
Notórios e escrivães ....	85	318	75	1.493	0,15
Procuradores .....	151	254	90	1.204	0,12
Oficiais de justiça .....	69	396	67	1.619	0,16
Médicos .....	394	325	77	1.729	0,70
Cirurgiões .....	44	73	2	238	0,02
Farmacêuticos .....	369	263	74	1.392	,014
Parteiras .....	54	303	164	1.197	0,12
Professores e homens de letras .....	897	1.101	369	3.525	0,36
Empregados Públicos ...	2.351	1.014	123	10.710	1,08
Sub Total .....	4.998	4.890	1.267	28.447	
Pop. (Total) .....	274.972	3.837.354	434.813	9.930.478 <sup>1</sup>	

Recenseamento Geral de 1872

<sup>1</sup> Não Compreendidos 181.583 habitantes, cujas profissões não constam dos quadros gerais.

No que diz respeito a 1920, a situação segundo o *Recenseamento de 1920* assim se apresentava:

*População ativa não manual em 1920*

<i>Profissões</i>	<i>DF</i>	<i>SP</i>	<i>RGS</i>	<i>Brasil</i>
Força Pública <sup>1</sup> . . . . .	24.835	11.558	11.900	88.363
Administração Pública <sup>2</sup> . . . . .	5.565	14.072	8.700	
Administração Particular . . . . .	9.792	10.156	3.191	137.879
Prof. Liberais . . . . .	27.219	38.229	15.227	168.111
Sub Total . . . . .	67.411	74.015	41.018	394.353
Pop. (Total) . . . . .	1.157.873	4.592.188	2.182.713	30.635.605

<sup>1</sup> Na Força Pública estão incluídos os efetivos do exército estacionados na unidade da Federação.

<sup>2</sup> Aqui estão incluídos os funcionários federais, estaduais e municipais.

Para melhor compreensão, esses dados podem ser situados no interior do setor terciário ou serviços (comércio em geral, transporte, profissões liberais, serviços domésticos remunerados, defesa nacional, religiosos e atividades sociais diversas no conjunto da população ocupada):

*Brasil*

População Ocupada (em milhares)\*

<i>Setores</i>	<i>1872</i> <i>%</i>	<i>1920</i> <i>%</i>
1 — Agricultura . . . . .	3.671 = 64,1	6.377 = 69,7
2 — Indústria . . . . .	282 = 4,9	1.264 = 13,8
3 — Serviços . . . . .	1.773 = 31,0	1.509 = 16,5
Total . . . . .	5.726 = 100	9.150 = 100

Fonte: Dados básicos do IBGE, Recenseamentos Gerais.

\* Dados extraídos tabela B.23, de Maria José Santos, "Aspectos Demográficos", Apêndice B, in Villela (Anibal V.) e Suzigan (Wilson) *Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira*.

É preciso levar em conta que essa diminuição do terciário é provocada pela diminuição dos empregados domésticos que em 1873, compreendiam 59,0% da população ocupada nesse setor e em 1920, correspondiam a 24,1%. Feitas essas deduções, e cotejados os dados com o aumento do setor industrial, pode-se ter uma noção mais concreta das modificações ocorridas.

Ainda que atingindo o período posterior ao nosso estudo, a comparação entre 1920 e 1940 pode mostrar o desenvolvimento da tendência:

*Brasil*

População ocupada em serviços em 1920 e 1940, por regiões \*

Total = 100

(em milhares de pessoas)

Regiões	1920		1940	
		%		%
Norte .....	83	16,7	115	21,8
Nordeste .....	386	11,7	851	16,7
Leste .....	573	21,1	1.151	29,9
São Paulo .....	259	18,9	782	28,3
Sul .....	181	17,4	443	22,3
Centro-Oeste .....	27	12,1	71	16,5
Brasil .....	1.509	16,5	3.412	23,3

Fonte: Dados básicos do IBGE: Recenseamentos Gerais, de 1920 e 1940. Em 1940, Séries Nacional e Regional.

\* Reprodução parcial da tabela de Maria José Santos, *op. cit.*, p. 291.

Para que se possa comparar esse crescimento com a estrutura da mão de obra ocupada deve-se levar em conta que o setor agrícola entre os dois anos considerados passa de 69,7% a 66,4% e o setor industrial de 13,8% para 10,3%. Assim, a pesar do setor industrial ter aumentado de 20,1% a ocupação das pessoas, o aumento foi proporcionalmente menor em relação à população. É o setor terciário que vai receber esse aumento, representando 41,2%, provavelmente reflexo do crescimento urbano de 36,6% nas cidades de 20 mil habitantes e mais <sup>21</sup>.

Considerando a estrutura interna do setor terciário, a repartição era a seguinte:

*Brasil*

População Ocupada no Setor Terciário — 1920-1940 \*

Total = 100

<i>Setor</i>	<i>1920</i>	<i>1940</i>
Transportes .....	16,8	13,9
Comércio .....	33,0	23,5
Profissões Liberais .....	11,1	3,5
Administração .....	9,1	9,1
Outras .....	30,0	50,0

Fonte: Dados básicos do IBGE, Recenseamentos Gerais de 1920 e 1940.

\* Tabela B.26, Maria José Santos, *op. cit.*, p. 292.

O Rio de Janeiro talvez tenha sido a primeira cidade a ter um extenso contingente de classes médias: reunia as características de ser o entreposto comercial mais importante do país (o que provocava, ainda que em pequena escala, o desenvolvimento de escritórios comerciais) e de núcleo do aparelho do Estado, por ser a capital da República<sup>22</sup>. O censo realizado em setembro de 1906 no Distrito Federal (DF), dividia por sua vez a população em quatro grandes grupos de profissões: produção de matéria prima (exploração da superfície e do interior do solo) 25.575 habitantes; transformação e emprego da matéria prima (indústria, transporte e comércio) 201.361 habitantes; *administração pública e profissões liberais (força e segurança pública, funcionalismo, carreiras liberais, capitalistas)* 44.493 habitantes; outras profissões (serviço doméstico, jornalheiros, trabalhadores braçais, etc.) 540.014 habitantes. Esses dados para uma população total de 805.335 habitantes (sendo 619.648 urbanos e 185.687 rurais)<sup>23</sup>.

Processo simultâneo e de maior intensidade ocorrerá em São Paulo, onde o complexo cafeeiro provocou a construção de uma infraestrutura de serviços indispensáveis ao setor exportador. Tradicionalmente se tem suposto que aqui também houve a absorção de grupos decadentes, de antigos proprietários empobrecidos e expelidos para a cidade, onde irão ocupar altos cargos no aparelho de Estado e se localizarão nas profissões liberais. Na realidade resta confirmar se era realmente considerável o número de pequenos fazendeiros que abandonavam o campo no sul do

Brasil, exceto no que diz respeito ao Vale do Paraíba no início do processo de expansão do café para São Paulo. A plantação do café transcorria em São Paulo em meio a tanta prosperidade, que os grupos empobrecidos, pequenos proprietários expulsos de suas terras, parecem ser bem raros<sup>24</sup>.

Ambos os processos se situam nas modificações que irão ocorrer no sistema político brasileiro, especialmente no que diz respeito às relações entre estado e periferia (unidades da federação) e ao peso específico do Estado na economia exportadora, no período conhecido como “política dos governadores”. Com essa, o Estado se tornava mais centralizado em consequência dos interesses fundamentais dos grupos dominantes no poder: o sistema econômico exigia nesse momento a presença do Estado em determinados setores da produção (por exemplo a política de defesa dos preços do café posta em prática depois de 1906) ao mesmo tempo que ao nível político defendia a articulação, ainda que dentro de certos limites, da federação. A “política dos governadores” representou a primeira etapa da evolução do Estado para uma maior centralização: os anos vinte serão caracterizados pelo processo de superação da descentralização da organização do Estado<sup>25</sup>. Essa centralização provocará o “inchamento” progressivo dos aparelhos do Estado, cujos ramos irão absorver um largo setor das classes médias. Certamente será preciso no futuro se examinar na “política dos governadores” a gênese do processo que fará gerar a classe média dependente do “estado cartorial” —sistema através do qual o Estado exercia uma política de patronagem, assegurando apoio político em troca do emprego público<sup>26</sup>. Os ramos do aparelho do Estado passaram a fornecer uma base econômica para os grupos “destituídos”: “Essa nova base econômica foi a pré-indústria do emprego público, que o novo regimen fundou e que se tornou para a grande aristocracia nacional mais vantajosa e lucrativa do que a velha indústria de exploração da terra, então profundamente desorganizada”<sup>27</sup>. Entretanto, o significado desse “inchamento” do aparelho do Estado na verdade só poderá, apesar de críticas desse teor, ser percebido quando as classes médias ligadas ao Estado passaram a desempenhar um papel decisivo na montagem da alianças populistas depois do Estado Novo.

As classes médias também serão recrutadas, especialmente no Rio de Janeiro e São Paulo, em outros grupos sociais diversos desses “grupos destituídos”. Irão ocupar funções em áreas abertas pelo desenvolvimento do aparelho de Estado e dos circuitos comercial e financeiro<sup>28</sup>. Além dos brasileiros originários dos estratos mais empobrecidos, os imigrantes terão aqui um peso específico.

Alguns dados podem sublinhar o peso dessa imigração estrangeira no período:

**B r a s i l**  
População estrangeira, por regiões \*  
Total do País = 100

<i>Regiões</i>	<i>1872</i>	<i>1900</i>	<i>1920</i>	<i>1940</i>
Norte .....	2,2	0,6	2,7	1,4
Nordeste .....	13,3	5,2	2,1	1,4
Leste .....	60,6	34,6	25,3	23,1
São Paulo .....	7,6	41,4	52,4	57,8
Sul .....	15,8	17,1	15,7	14,5
Centro-Oeste .....	0,5	1,1	1,8	1,8

Fonte: Dados por Estados do IBGE: Anuários Estatísticos do Brasil (1908-12; 1939-40; 1941-45).

\* Tabela B.9, Maria José Santos, *op. cit.*, p. 264.

Os totais percentuais retificados em relação ao Brasil corresponderiam em 1872 a 3,78%; 1900, 7,12%; em 1920 a 6,00%; em 1940, a 4,36%.

A vinda da mão de obra estrangeira para as atividades urbanas pode ser verificada através do exame da estrutura de ocupação:

**B r a s i l**  
Mão-de-Obra Estrangeira no País \*  
Total = 100

	(Em percentagem)		
	<i>1872</i>	<i>1900</i>	<i>1920</i>
Total ocupado .....	209.455	762.669	867.067
Agricultura .....	55,2	43,9	44,9
Indústria .....	10,1	8,0	24,2
Serviços .....	34,7	48,1	30,9
% estrangeiros trabalhando s/total estrangeiros presentes, com 14 anos de idade e mais: .....	53,9	59,6	54,5

Fonte: Dados originais em Recenseamento Geral do Brasil, (1920).  
Dados de 1872 e 1900 resumidos na Introdução, pp. VIII-XIII.

\* Tabela B.16, in Maria José Santos, *op. cit.*, p. 272.

Em São Paulo, essas classes médias compreendiam além dos profissionais já apontados, funcionários públicos, pequenos comerciantes, entre os quais sa notavam, além de descendentes de famílias paulistas antigas que nunca haviam enriquecido, ou em decadência, descendentes de imigrantes que subiam na escala social por meio das profissões liberais, ainda não bem integrados com os elementos mais antigos desses contingentes<sup>30</sup>. Fora dos limites da produção do café, os grupos sociais “destituídos” também foram responsáveis pela formação das classes médias: é o caso de Pernambuco, onde o processo de concentração de terras em torno da usina em detrimento dos engenhos, expulsará pequenos proprietários para a cidade, onde um incipiente setor de serviços já se desenvolvia<sup>31</sup>.

A urbanização não foi, entretanto, um processo mágico que transformou os que dela participaram em representantes de interesses anti-oligárquicos ou em elementos capazes de por em cheque o projeto do bloco-no-poder. A cidade se desenvolve dentro da dinâmica do sistema agrário-exportador: essa situação marcará a ambiguidade das classes médias urbanas submetidas à dupla influência dos laços de dependência com as oligarquias e à ilusória autonomia que a participação nos serviços comerciais ou na burocracia do Estado pode dar a seus membros. Esse aspecto foi colocado de maneira lapidar por Paul Singer<sup>32</sup> ao analisar a relação entre o grau de desenvolvimento urbano e o início do processo de industrialização na América Latina: “Como se viu, a cidade, nesta altura (1914-1930) é basicamente anti-industrial. Ela é o bastião dos interesses oligárquicos, que favorecem a integração crescente do país na divisão internacional do trabalho, como produtor especializado de produtos primários”. Durante as crises internacionais, quando ocorre a escassez de alguns produtos industriais (o artesanato não tem mais condições de atender às necessidades complexas da vida urbana), que torna inevitável a substituição de importações, pelo próprio tamanho do mercado urbano, as classes médias urbanas não perderão seus preconceitos em relação à “indústria nacional”. Não será essa posição um indicador do peso desse “bastião de interesses oligárquicos” na ação das classes médias na primeira república? Uma classe média que lamenta não poder comer mais manteiga dinamarquesa ou importar tecidos do Printemps ou da Galeries Lafayette, em Paris, dificilmente teria condições de ser o agente de um processo de industrialização<sup>33</sup>.

A urbanização é um processo que ocorre à sombra do fortalecimento da economia agrário-exportadora, que a longo prazo conformará o Estado à sua própria imagem, portanto, a própria burocracia, o aparelho de Estado: a cidade também colabora na construção da dependência das classes médias ao projeto do bloco no poder sob a hegemonia das classes dominantes agrário-exportadoras. É ilusório pensar o processo de urbanização como a passarela para a possibilidade do exercício da autonomia na prática política. Entretanto, como a urbanização é um processo no interior do qual há uma lenta diferenciação social, principalmente depois

da Primeira Guerra Mundial, é inegável que os novos protagonistas irão engrossar as fileiras da reação anti-oligárquica (profissionais liberais, funcionários, empregados e inclusive operários urbanos). Mas isso acontece em consequência de alterações ao nível político, quando alguns grupos regionais de dominação ampliam o esquema de aliança política, para se fortalecerem contra as oligarquias nacionalmente dominantes<sup>34</sup>. Esse argumento é que possibilitará explicar a presença de novos grupos urbanos na política, menos do que o simples processo de urbanização.

Alguns dados podem fundamentar o processo de urbanização no Brasil:

*Desenvolvimento das principais cidades brasileiras  
(1000)*

	1900	1910	1920	1930
Rio de Janeiro .....	480	850	1.150	1.430
São Paulo .....	240	375	579	889
Salvador .....	206	242	285	335
Recife .....	100	193	241	390
Porto Alegre .....	74	115	182	256

Fonte: Recenseamentos Gerais.

A população urbana no Brasil, em cidades de mais de 50.000 habitantes, evoluirá da seguinte maneira:

População urbana no Brasil (1872-1920) \*

<i>Censo</i>	<i>Pop. Total</i>	<i>Pop. urbana (50 mil ou mais)</i>
1872 .....	4.930.478	5,9
1890 .....	14.333.915	6,8
1900 .....	17.438.434	9,4
1920 .....	30.635.605	10,7

\* Extraído de tabela elaborada por Juarez Brandão Lopes, *Desenvolvimento e Mudança Social* SP, Ed. Nac., 1972, p. 16. Essa tabela está citada na íntegra no texto de F. C. Cardoso, "Implantação do Sistema Oligárquico" (dos governos militares a Prudente-Campos Sales), mimeografado, p. 10.

INTERVENÇÃO POLÍTICA

Levando em conta o peso das expectativas com que se consideram as classes médias na América Latina depois da segunda guerra mundial, a

análise historiográfica do papel das classes médias na primeira república no Brasil corre o risco de ser influenciada pelas mesmas expectativas. Ou em outras palavras, a prática política das classes médias corre o risco de ser lida com as imputações que lhes foram feitas num período posterior. Duplo equívoco, se for levado em conta o idealismo no qual se situaram essas imputações, que pouco tinham a ver com a 'performance' efetiva dessa classe. A abordagem desenvolvida por Johnson<sup>35</sup> onde é atribuído às classes médias um papel importante no confronto com as classes dominantes e na luta pelo desenvolvimento, é bem representativa dessa tendência. Como essa, outras análises que se situam nessa orientação são provenientes de uma mesma perspectiva na sociologia e na ciência política americana, só podendo ser entendidas no quadro de relações de dominação e de influência entre os Estados Unidos e a América Latina. Para enfrentar uma possível radicalização das classes populares era preciso desenvolver ao nível teórico um papel a ser desempenhado por uma força social que pudesse oferecer oposição, sem no entanto deixar de incorporar algumas dessas inovações: a situação de "basculante" das classes médias entre as classes dominantes e os setores dominados, certamente lhes destinava ganhar esse papel.

Outra análise situada nessa tendência é a de Robert Alexander que reconhece as classes médias como agentes de uma revolução que está tendo lugar na América Latina e que essa revolução efetua uma "transformação social e política"<sup>36</sup>. É o mesmo caso de Víctor Alba, que não hesita fazer declarações do tipo de: "hoje, na América Latina, os interesses das classes médias coincidem com os interesses da sociedade latino-americana como um todo (e na atual conjuntura, com aqueles da humanidade)"<sup>37</sup>. As classes médias nos anos cinquenta e sessenta foram consideradas como a vanguarda de uma força modernizadora e industrializante capaz de colaborar eficazmente na transformação democrática dos sistemas políticos<sup>38</sup>.

Entretanto, a crítica a essas falsas expectativas imputadas às classes médias não pretende negar a capacidade de manifestação (e até mesmo de organização política) das classes médias, mas a confusão desse aspecto com uma vocação democrática irresistível. Em inúmeros casos na América Latina pode ser constatada a capacidade de as classes médias influenciarem o processo político: outra coisa é supor que essa intervenção tenha tido sempre um cunho democrático<sup>39</sup>.

Em relação às classes médias no período compreendido entre o final do século XIX e a primeira guerra mundial se desenvolveram expectativas semelhantes, quase decalcadas nesse papel que se imputou às novas classes médias naquele outro período. A primeira expectativa seria sua *vocação de oposição às classes dominantes*, que entretanto já aparecia como pouco consistente, levando-se em conta a inexistência de uma ideologia distinta (como no caso das classes médias na Europa ou nos Estados Unidos) e sua identificação com os valores aristocráticos da classe domi-

nante tradicional. Em seguida viria a *abertura das classes médias para a industrialização*, apesar de a pesquisa histórica concreta já ter indicado a relutância e até mesmo a franca oposição das classes médias na primeira república à “indústria nacional”. É como último desses três mitos construídos em torno das classes médias, o “*civilismo*”, que, menos do que uma manifestação da autonomia das classes médias indicava uma nova configuração das forças oligárquicas. A *desmontagem dessas três expectativas-mitos*, tentando superar essa vinculação teórica que apontamos (isto é, a necessidade de construir antecedentes compatíveis para a ‘performance’ imaginária das classes médias depois da segunda guerra mundial) parece ser essencial para o conhecimento concreto — e não mais ilusório das classes médias na primeira república.

Poderiam ser delineados três momentos principais da presença das classes médias urbanas a partir do século XIX: na consolidação do esquema agro-exportador sob as novas bases dadas pela produção do café (por exemplo a substituição da mão-de-obra escrava), na radicalização anti-oligárquica do início da fase republicana (1889-1894) e o período posterior à primeira guerra mundial, marcando o ascenso dos grupos urbanos. As classes médias sempre estiveram associadas às diversas alterações da aliança política dominante até a revolução de 1930. *Essas alterações provocadas pelas dissidências anti-oligárquicas, implicando o aumento tendencial do peso específico dos grupos urbanos é, a nosso ver, a longa caminhada do aprendizado do papel de mediador que as classes médias desempenharão mais tarde nos mecanismos populistas. Elas serão a ponte possível entre as classes dominantes e as classes populares excluídas —durante toda a Primeira República— de qualquer aliança política efetiva*<sup>40</sup>. Ao se examinar o sentido da modificação das alianças políticas dominantes na primeira república constata-se que essa modificação não ocorreu graças a um projeto autônomo das classes médias. Essas puderam “transar” com as classes dominantes graças somente à existência de dissidências internas no bloco do poder: economia escravagista vs. economia exportadora baseada na mão de obra livre (no final do império), produtores exportadores capitalistas do centro-sul vs. coronéis controlando latifúndios de baixa produtividade, alianças políticas regionais vs. desencadeamento do processo de intervenção e de centralização do Estado. Se for levado em contapapel o pouco relevante que assumiram os grupos “destituídos” na formação heterogênea das classes médias, como podemos constatar ao examinarmos a estrutura interna das classes médias, ficará clara a dependência que caracterizou as manifestações políticas e a expressão ideológica dessas classes. De qualquer modo essa insistência sobre a origem das classes médias fica descompassada com a preocupação de rever a imputação de desempenhos. Essa dependência deve ser fundamentalmente examinada através da compreensão histórica de novos papéis assumidos pelas classes médias, a partir por exemplo, da modificação das funções do Estado.

As manifestações políticas tradicionalmente imputadas às classes médias (a rebelião contra a vacina em 1904, a campanha civilista de 1909, a luta contra a carestia, as rebeliões tenentistas nos anos 1920 e a revolução de 1930) aparentemente podem parecer ter um caráter autônomo porque divergiam ou se opunham à configuração do poder dominante. Entretanto, o afrontamento ao nível político não é suficiente para fundamentar a existência de um antagonismo efetivo ao nível dos interesses econômicos objetivos ou do quadro ideológico das classes médias. *Essa ocultação de dependência das classes médias ao nível ideológico (e em muitos casos, econômico, por exemplo, pela presença dessas classes nos ramos do aparelho do Estado) através de uma prática política divergente — mas não antagonica — da pauta vigente do sistema político não é suficiente para afirmar a vocação inerente das classes médias para a transformação do sistema político.* O que não quer dizer que todas as manifestações que a historiografia tem tradicionalmente imputado às classes médias não tenham tido repercussões efetivas.

Para o surgimento de conseqüências será condição a contemporaneidade das manifestações das classes médias com crises no interior da dominação oligárquica tradicional. Essa é uma questão crucial, pois visa criticar justamente o fundamento da análise teórica das classes médias num segundo momento (principalmente depois da II guerra mundial, como já vimos, e nas alianças populistas que se construirá) que tentará imputar às classes médias um projeto “democrático” e erigi-las como a classe-apoio para as transformações do poder político na América Latina. Se na etapa correspondente à primeira república no Brasil, a grande expectativa que se coloca no desempenho das classes médias é o de uma prática política numa perspectiva anti-oligárquica e anti-industrializante, depois da II guerra mundial se imputará à classe média uma vocação “democrática”, situada dentro dos quadros da problemática do desenvolvimento. Na verdade, na primeira República, o que estava em causa era o alargamento do bloco no poder para a entrada de novas classes emergentes numa sociedade, diante da defesa e da dominação do projeto governamental pelas amarras de um agrarismo conservador.

Apesar das limitações impostas em consequência de sua heterogeneidade e de sua ambigüidade, as classes médias conseguiram de alguma maneira interferir no processo político da Primeira República. Como já referimos acima, esse tema carece de uma pesquisa historiográfica mais detida<sup>41</sup>. Desde o primeiro momento da agitação republicana pelo menos (pois se os dados são sumários para a análise das classes médias na república, no império são quase inexistentes) ficará claro que os grupos que manifestarão ou pressionarão por essa autonomia são compostos de elementos originários dos grupos oligárquicos tradicionais. Pertencem à burocracia civil e principalmente militar, fortalecida depois da guerra do Paraguai (apesar de essa tendência de consolidação do exército depois se interromper e os efetivos militares decaírem novamente) ou que des-

empenhavam no contexto de dominação um papel subordinado, como no caso dos advogados, deputados, procuradores ou chefes locais de estados economicamente secundários<sup>42</sup>. Assim, desde o final do Império essa presença da classe média será exercida através da burocracia civil e do aparelho militar. Como não há um decalque estrito entre essas categorias — com diversidade de recrutamento e origens de classe diversas — e as classes médias, o estudo das relações entre as categorias e a classe média pode contribuir para o conhecimento do papel político desta última.

Depois da proclamação da República, as classes médias são apresentadas pela historiografia como associadas aos militares e são inúmeros os autores que consideram os dois primeiros governos — especialmente a radicalização do “florianismo” — como marcados pela manifestação das classes médias.

Os dois primeiros governos militares da República (Deodoro da Fonseca 1889-1891 e Floriano Peixoto 1891-1894) parecem demonstrar algum grau de autonomia em relação aos grupos dominantes que controlavam o Estado no Império. Essa autonomia em parte é provocada pela presença de setores socialmente novos, representados pelos militares, como lembrou F.H. Cardoso em outra parte desse livro<sup>43</sup>. Na verdade essa aparente autonomia é a tensão entre elementos politicamente anti-institucionalizadores e entre elementos institucionalizados (constituídos dos setores tradicionais, como fazendeiros de café e letrados civis) defendendo o estabelecimento de uma democracia formal. Jamais se poderá afirmar a existência de uma autonomia plena, pois como lembra o mesmo trabalho, se não se levar em conta a articulação real (contraditória) entre o espírito oligárquico da burguesia agrária e o mandonismo do proclamismo “florianista” não se entende a passagem do militarismo a um controle civil que jamais foi realmente “civilista”<sup>44</sup>. Dá medida desse intrincamento entre movimento republicano e oligarquia agrária a análise que José Maria dos Santos faz da propaganda republicana: em alguns momentos e através de algumas lideranças a propaganda republicana tentou cativar a oligarquia agrária, ressaltando seus interesses escravagistas.

Na eleição de Hermes da Fonseca, as classes médias são associadas à campanha civilista em torno de Rui Barbosa<sup>45</sup>. Sua campanha certamente tentou atrair o apoio das populações urbanas, através da defesa de princípios democráticos, do voto secreto, das tradições liberais e da cultura. Mas os limites desse “civilismo”, como manifestações autônomas das classes médias, pode ser facilmente depreendido se for levado em conta que a base política principal dessa candidatura foi a oligarquia de São Paulo.

Numa terceira etapa, o tenentismo aparecerá como o “braço armado” das classes médias, sem serem suficientemente evidentes as articulações de “representantes” com “representados” e com o aparelho militar como um todo. Se o civilismo fosse intrinsecamente uma característica das classes médias, parece ser impossível em tão limitado espaço de tempo

(menos de cinquenta anos) ter havido uma flutuação tão grande ao nível ideológico da posição das classes médias em relação aos militares (que oscilariam por sua vez entre as posições de seus "representantes" e de seus antagonistas).

O civilismo no caso é mais uma ilustração da dependência das classes médias em relação às classes dominantes do que sinal de oposição a um militarismo que estivesse ligado ao projeto dominante. A bandeira do civilismo é uma das possibilidades de ocultação de que se valeram as dissidências dominantes das forças oligárquicas: não é uma exigência que condensa as oposições anti-oligárquicas — principalmente quando se verá, no caso de Hermes da Fonseca, as dificuldades criadas para algumas oligarquias regionais, derrocadas ou substituídas por outras na nova configuração do poder. O significado real do civilismo menos do que manifestações da autonomia das classes médias, é a expressão do descontentamento das classes dominantes agrárias diante da manifestação de alguma independência do aparelho militar em relação ao projeto oligárquico.

Para o bloco no poder sob a hegemonia dos grupos agrário-exportadores, o aparelho militar deveria comprimir o papel de simples instrumento para a consolidação de uma política especificamente ligada ao exercício dessa hegemonia. A permanente desconfiança em relação aos militares, que as classes médias importaram das classes dominantes, contribuirá para que não se aprofundem laços organizacionais e programas comuns entre a classe e a categoria militar<sup>47</sup>. O civilismo pode servir como indicador para compor um perfil da classe média diferente daquele que supõe a possibilidade de oposição anti-oligárquica: dependente social e economicamente das classes dominantes, e a essas ligadas politicamente, conservadoras nos seus gostos e opiniões, as classes médias na Primeira República defendem o statu quo<sup>48</sup>.

Para que manifestações como o tenentismo e o civilismo possam ser esclarecidas deve ser examinada a relação de representação entre as classes médias e burocracia civil, entre classes médias e militares: de que maneira diante da incapacidade constitutiva das classes médias em se organizarem politicamente, elas passam a se manifestar através de outras categorias onde sua presença nem sempre é hegemônica. No interior dessas categorias, as classes médias repetem o mesmo relacionamento contraditório que marca sua presença na estrutura social: como não é compacta sua presença na burocracia e no aparelho militar, a sua manifestação no interior dessas categorias enfrentará as mesmas dificuldades que encontra no confronto com a burguesia e o proletariado. Mas quando e em que condições existiu entre representantes e representados uma relação "orgânica"?<sup>49</sup>.

A questão obriga a não aceitar como dada por exemplo a representação exercida pelo exército: caso contrário seria impossível compreender as flutuações dessa "representação", como já foi apontado ao indicarmos a oscilação entre civilismo e tenentismo. Caso as manifestações contesta-

tárias de militares durante a primeira república sejam definidas como manifestações plenas das classes médias, corre-se o risco de não se dar conta da natureza das articulações da representação dessas classes médias por ramos do aparelho militar.

A primeira tentativa de compreensão, entretanto, foi a de tentar diluir o aparelho militar no contingente das classes médias, através da demonstração da composição das forças armadas, na qual as classes médias seriam dominantes. Consequentemente, todas as manifestações das forças armadas estariam colocadas dentro da série de eventos que indicam a participação das classes médias. Essa abordagem deixa de lado a especificidade de um aparelho de Estado, como composição, formação, ideologia e interesse próprios, não automática e mecanicamente dependentes de uma classe. É indispensável ter sempre presente a autonomia (relativa) do aparelho de Estado em relação às classes que o compõem. Isso não significa que o aparelho de Estado paire sobre a estrutura de classes de uma determinada formação social: simplesmente as articulações entre estrutura de classe e aparelho de Estado não podem ser pensadas como dissolvidas uma na outra.

No que diz respeito às relações das classes médias com a burocracia civil, é preciso lembrar que a burocracia é uma categoria específica: seu funcionamento não está diretamente determinado por sua origem de classe. Ela vai depender do funcionamento concreto dos aparelhos de Estado e das relações do Estado com as diversas classes<sup>50</sup>. Assim, quando apontamos no processo de formação das classes médias o peso que teve a ampliação dos quadros do aparelho de Estado isso não quer dizer que a burocracia passe a funcionar como o “braço civil” das classes médias. Essa “representação”, decorre, igualmente como no caso dos militares, da incapacidade constitutiva das classes médias em se organizarem. O forte contingente das classes médias na burocracia civil pode muitas vezes criar a ilusão da possibilidade do afrontamento entre a classe média e as classes dominantes. Na realidade, o que acontece geralmente é o afrontamento, no quadro administrativo, de uma certa fração dominante que enfrenta, em nome das classes médias, uma outra fração da mesma classe<sup>51</sup>. Assim, a situação das classes médias, “representadas” através da burocracia, também está dependente dos conflitos no interior do bloco no poder. Elas se beneficiarão da ocultação que confere o exercício de funções do Estado — que não são fundamento do poder político, mas centro do poder político.<sup>52</sup> Essa situação ficará clara quando numa etapa posterior de incorporação dessas classes médias ao aparelho de Estado, principalmente depois do Estado Novo, a presença dessas classes aparecerá sob o aspecto de barganha com as forças políticas dominantes.

Os contornos dessa relação de representação ficam mais nítidos através do exame da característica endêmica de exclusão e de limitação das exigências populares nos sistemas políticos latino-americanos. No Brasil essa característica assumiu depois da proclamação da República a forma

do liberalismo político: a mudança de regime ocorre simultaneamente a modificações do quadro ideológico, mas essas modificações não implicaram a ampliação de participação de largos setores que compõem a população, continuando a vigorar o elitismo presente na organização política do Império.<sup>53</sup> As classes dominantes ligadas à economia agrária exportadora, diante das modificações que têm lugar no final do século XIX, aparentemente se enfraquecem dentro da nova configuração da política republicana (democrática, presidencial e federativa) mas através desse novo esquema conseguem reforçar o controle sobre as massas rurais e moldar as possibilidades de neutralização dos grupos urbanos nascentes (grupos industriais, classes médias, operariado). As novas instituições republicanas visaram a “construção de um novo modelo de exclusão política”.<sup>54</sup>

A instituição de democracia representativa e do sufrágio universal masculino, avanços aparentes em relação ao quadro político anterior eram símbolos poderosos que tinham condições de legitimar a dominação das classes dominantes tradicionais.<sup>55</sup> As restrições do voto ao analfabeto,<sup>56</sup> contidas na constituição de 1891 excluindo do sistema representativo os trabalhadores rurais e quase a totalidade do operariado urbano, eram consideradas menos discriminatórias que a voto censitário, baseado na renda, porque fundadas em noções como “cultura”, “educação”, ligadas à ascensão da burguesia. Dentro desse quadro democrático representativo o “coronelismo” — mecanismo de controle político exercido por chefes locais que se valia de repressão e de paternalismo — passará a desempenhar um papel importante no processo político, fornecendo a articulação fundamental para a política das classes dominantes tradicionais. Essas passarão a controlar globalmente o sistema político através das oligarquias regionais e da “política dos governadores”.

A esse modelo político vão aderir as classes médias — principalmente aqueles conjuntos oriundos dos grupos destituídos — graças à dependência social, familiar e econômica. A concepção de democracia para os “homens cultos” se ajustava às expectativas dessas classes médias, pois elas não vão se sentir excluídas do sistema e contribuirão para reforçá-lo através de um *elitismo* que marcará sua presença no processo político. Por outro lado, a visão “politizada” da economia,<sup>57</sup> essa capacidade que tinham as classes dominantes tradicionais de defender seus interesses econômicos através do controle do Estado não punha em risco suas concepções globais de liberalismo político e de não-intervencionismo econômico, nas quais baseavam suas objeções ao protecionismo industrial. São essas justamente as características principais do quadro ideológico das classes médias durante a Primeira República: elitismo, civilismo, anti-intervencionismo, agrarismo, anti-industrialismo.

Essas características podem ser localizadas no interior dos efeitos ideológicos da situação das classes médias<sup>58</sup> no plano econômico. O agrarismo, o anti-intervencionismo, o anti-industrialismo podem ser entendidos como aspectos ideológicos anti-capitalistas, provocados pelo medo da proletarianização e sobretudo de uma transformação da sociedade. O

agrarismo é intensamente compartilhado pelas classes médias urbanas, o que as aproxima e as solidariza das classes dominantes agrárias tradicionais e indica, de algum modo, a presença dos grupos “destituídos”. O anti-industrialismo é uma decorrência natural desse traço, mas tem grande peso o medo que a indústria implique a “proletarização” evidenciada pelo pagamento de salário e o despojamento da propriedade dos meios de produção. O anti-intervencionismo manifesta por outro lado alguma distância em relação aos grupos dominantes, que trazem em si a ameaça da transformação social, por causa de seu controle sobre o aparelho de Estado: as classes médias, ao contrário de todas as expectativas nela depositadas, são firmemente arraigadas ao “status quo”, classes estratégicas para a reprodução do modelo de exclusão política.

No aspecto mito da passarela, isto é, o fato de as classes médias aspirarem sempre a se tornar burguesia, pela passagem individual para a altura dos “melhores” e dos “mais capazes” está o elitismo, que assume a forma própria do bacharelismo. Através dele as classes médias defendem sua posição acima do proletariado, graças a sua passagem pelos circuitos da educação, conferida pelo aparelho escolar e pelo acesso à “cultura”, facilitado pelas relações familiares. Até que ponto essa ênfase na validação social via educação não seria um elemento próprio da ideologia das classes médias na Primeira República? Poderíamos observar nesse sentido que essa validação principalmente fornecida pelas faculdades de direito, poderoso elemento de reprodução estrutural e da consolidação do aparelho de Estado, serve para reforçar a ligação das classes médias à manutenção do statu quo. Caberia ainda ver de que maneira se entrosam e se complementam os mecanismos do “coronelismo”, que assume um papel primordial como articulação principal dos controles sociais e políticos exercidos pelas classes dominantes tradicionais, e do “bacharelismo” — a mitificação em torno da formação obtida nas faculdades. Essa complementação vai ocorrer na burocracia, à qual esses bacharéis terão acesso, mas para qual raramente serão capazes de desenvolverem um projeto próprio.

Finalmente, o civilismo significaria o fetichismo do poder, isto é, por causa de seu isolamento econômico e por causa de sua proximidade-oposição à burguesia e ao proletariado, crença no Estado neutro acima das classes. Todas as manifestações repertoriadas na performance das classes médias tiveram no seu bojo a crença na “arbitragem” do Estado — luta contra a carestia, habitação, rebeliões tenentistas. Especialmente essas possuem como denominador comum a característica de tentar, por meio de golpes de Estado, mudanças na estrutura da sociedade; mas, ao mesmo tempo, sem criar condições para que as massas populares interviessem no processo de mudança política.

Esses elementos da ideologia pequeno-burguesa por nós apontados — que tornaram possível a relação de “representação” aparente das classes médias pela burocracia e pelo aparelho militar — em sua maioria eram incorporados da ideologia das classes dominantes. Entretanto, não basta

apontar a importação desses temas mas cumpre examinar de que maneira eles serão transformados no interior das reivindicações e das manifestações das classes médias. Além disso, é bom termos em conta que a ideologia pequeno-burguesa não é senão a adaptação complexa da ideologia burguesa às aspirações próprias da pequena burguesia.<sup>59</sup> Não causará então surpresa que essas classes médias aceitassem os ideais e valores de classe dos grandes proprietários de terra. Nem que copiassem — no que lhes permitiam suas posses — seu modo de vida. Seu projeto não era fazer aceitar seus ideais e valores, que não tinham, mas “participar dos privilégios e prerrogativas da classe superior, a começar pelo privilégio da autoridade e do mando”.<sup>60</sup>

Entretanto, apesar desses laços de dependência que atrelam as classes médias às perspectivas das classes dominantes, é preciso ir além da descrição dos papéis de “guardião” e de “fachada” do sistema oligárquico exercido pelas classes médias. De modo a evitar que se chegue ao extremo da negação da possibilidade de qualquer prática política efetiva das classes médias e se possa verificar se as classes médias tinham aspirações próprias que pudessem ser canalizadas no interior desse quadro ideológico dependente das classes dominantes. A nosso ver essas aspirações estão contidas menos no conteúdo das reivindicações e dos elementos da ideologia do que no sentido que eles assumiam para a pequena burguesia na defesa de sua situação na estrutura de classes. Assim, em alguns casos e em alguns momentos, elementos da ideologia pequeno burguesa específicos e próprios à pequena burguesia, e que estavam anteriormente imersos no discurso da ideologia burguesa, são reavivados e surgem de maneira aguda.<sup>61</sup> Esse parece ter sido o caso de valorização da educação, do aparelho escolar e universitário a respeito do qual a classe dominante tradicional jamais se preocupou, ou pelo menos nunca deu prioridade, pois não estava pressionada a se legitimar através do diploma (como necessitavam as classes médias).

## CONCLUSÃO

Levando em conta a estrutura interna das classes médias (heterogeneidade) e sua dependência ao nível ideológico (ambigüidade) dificilmente elas poderiam ter assumido a defesa de um projeto que se situasse fora do quadro dessa dependência ou de desenvolver ao nível político uma prática autônoma fora dos quadros da “representação”. O significado das manifestações das classes médias, como já havíamos apontado, só teve consequências quando foram contemporâneas de crises no interior da dominação oligárquica tradicional (proclamação da República e crise do Império, revolta da vacina e revolta militar de 1904, tenentismo e política dos governadores, revolução de 1930 e crise do sistema federativo).

As classes médias jamais atuaram, nem tinham condições para tanto, no sentido de uma transformação radical (o que seu discurso por vezes

ilusoriamente poderia fazer crer) mas no sentido de contribuir para a *redefinição*<sup>62</sup> das alianças políticas dominantes (ou provocá-las, o que eventualmente teve como consequência a ampliação dos limites de sua presença política na sociedade. As classes médias na Primeira República jamais tiveram um desempenho que visasse directamente o aumento de seu poder no sistema político brasileiro e jamais foram capazes de promover transformações que pusessem em risco a pauta de dominação vigente. Sua atuação preponderante sempre foi no sentido de compor com as classes dominantes. Se em alguns momentos pareceu que elas se opunham ao bloco no poder isso se deveu ao fato de sua ligação com dissidências, não-hegemônicas, das classes dominantes, interessadas em compor com as classes médias. A cada avanço das classes médias correspondeu o ingresso de grupos dissidentes nas alianças políticas dominantes: menos do que pela prática política das classes média, a transição no sistema de controle político foi determinada pela ação desses grupos não conformistas que surgiam no interior das próprias classes dominantes.<sup>63</sup>

Não seremos mecanicistas ao ponto de propor que esse projeto estivesse claro na atuação das classes médias. O que havia era simplesmente o contorno dessas possibilidades dado pelas características estruturais e ideológicas da classe. O papel das classes médias se restringiu ao que poderíamos chamar de “mediadoras” da redefinição que o bloco no poder e o Estado começam a sofrer durante a primeira república. Elas provocaram sucessivos reajustamentos do projeto dominante tradicional através das aspirações contraditórias que lhes eram próprias. No caso da dificuldade do abastecimento dos bens de consumo durável, por exemplo, através do mercado internacional, sua resistência em decrescer sua pauta de consumo certamente terá contribuído para que a indústria nacional à qual ela se opunha por causa de dependência ao nível ideológico, mas à qual efetivamente ela será obrigada a recorrer, possa se desenvolver. A estrutura de dominação no caso se acomoda, se redefine, as classes médias são “atendidas” concretamente e a dependência delas em relação às classes dominantes permanece inabalada.

Ao nível ideológico, o liberalismo democrático vai conseguir integrar os novos grupos sociais sem que haja uma transformação das estruturas sócio-econômicas, da estrutura de poder. Assim sendo, o liberalismo, o radicalismo, o civlismo das classes médias (geralmente realçados em detrimento do conservadorismo, do elitismo e do agrarismo) não as converte em agentes de transformação mas em colaboradores eficientes das modificações que obrigatoriamente têm de ser levadas a cabo pelas classes dominantes para manterem intacta a pauta de exploração. Certamente já se chegou ao momento de ultrapassar a superestimação idalista do papel das classes médias: de modo a não se levar mais água ao moinho das análises políticas que fizeram depender todo o projeto político alternativo de uma esperada definição das classes médias que nunca ocorreu. Nem podia ter ocorrido.

- <sup>1</sup> Ver a crítica às análises que desprezam o “empirismo” histórico formulada por Pierre Vilar, “Marxist History, a History in the Making: towards a dialogue with Althusser”, p. 70, *New Left Review*, 80, July-August 1973.
- <sup>2</sup> Essas reflexões são o resultado de diálogo com dois colegas do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas, que têm se dedicado a esse tema nos últimos cinco anos: André Villalobos, ao nível das categorias e da definição teórica da problemática; Décio Azevedo Marques de Saes, ao nível da análise do tema na conjuntura brasileira. Esse texto se valeu ainda das observações valiosas formuladas por Michel Debrun, num seminário sobre uma versão original na UNICAMP e por colegas do IUPERJ, no Rio de Janeiro, por ocasião de outro seminário lá realizado. Naturalmente, o resultado é de exclusiva responsabilidade do autor.
- <sup>3</sup> Alessandro Pizzorno, “Sobre el Método de Gramsci (de la historiografía a la ciencia política)”, p. 47 in Alessandro Pizzorno et alia, *Gramsci y las Ciencias Sociales*, Córdoba, Cuadernos de Pasado y Presente, 1970.
- <sup>4</sup> Décio Azevedo Marques de Saes, *O Civilismo das Camadas Médias Urbanas na Primeira República Brasileira*, Campinas, tese de mestrado, 1971, p. 38. Esse trabalho, o qual utilizamos largamente para os dados conjunturais, foi publicado em 1973 na série *Cadernos IFCH* (Universidade Estadual de Campinas). É certamente o estudo mais completo existente a respeito da prática política das classes médias urbanas na Primeira República.
- <sup>5</sup> Ver a respeito J. A. Guilhon-Albuquerque, “notes Sur le Système de Sous-Développement, le Rôle de l'État et des Classes Moyennes Modernes”, p. 192 in *L'Homme et la Société*, n° double 24-25 avril-juin 1972 et juillet-août-septembre 1972.
- <sup>6</sup> Rodolfo Stavenhagen, *Les Classes Sociales dans les Sociétés Agraires*, Paris, Anthropos, 1969, especialmente o capítulo II, “Classes Sociales et Stratification”, passim.
- <sup>7</sup> A propósito da necessidade de enfatizar o relacionamento entre as classes, além da origem, ver Fernando Henrique Cardoso, “As Classes Sociais na América Latina”, manuscrito, 1973, p. 30, e José Nun, “A Latin-American Phenomenon: The Middle-Class Military Coup”, p. 162, in James Petras and Maurice Zeitlin, *Latin America Reform or Revolution*, Greenwich, Fawcett, 1968, pp. 145-185. Sobre a metáfora de “basculante”, ver Nicos Poulantzas, *Fascisme et Dictature*, Paris, Maspero, 1970, p. 271.
- <sup>8</sup> Sobre a questão dos limites das novas classes médias ver Victor Fay, “Les classes moyennes salariées”, p. 103, in Victor Fay, ed, *En partant du capital*, Paris, Anthropos, 1968.
- <sup>9</sup> Boris Fausto, *A revolução de 1930, Historiografia e História*, São Paulo, Brasiliense, 1972, p. 54
- <sup>10</sup> As características apontadas para a distinção entre antigas e novas classes médias foram formuladas por Nicos Poulantzas, *op. cit.*, especialmente no capítulo “Préables relatifs à la nature des classes de la petite bourgeoisie et à l'idéologie petite bourgeoise”, pp. 257-267.
- <sup>11</sup> Edgard Carone, *A República Velha (instituições e classes sociais)*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1970, pp. 175-177.
- <sup>12</sup> Ver a esse respeito o último trabalho de Décio Saes, *Classe Moyenne et Système Politique au Brésil*, Paris, Ecole Pratique des Hautes Etudes (VIe. Section), 1974, p. 63. Esse excelente trabalho que aprofunda e prolonga análises anteriores do autor, compõe tese de doutorado a ser defendida em novembro de 1974.

- <sup>13</sup> Ver Saes (Décio), *op. cit.*, p. 71.
- <sup>14</sup> Ver Saes (Décio), *op. cit.*, p. 79.
- <sup>15</sup> Cf. E. Carone, *op. cit.*, p. 176: "A baixa classe média é formada de funcionarios públicos, artesãos, etc. A categoria superior desta e o limite entre ela e a classe operária é de difícil distinção. Essas duas camadas, praticamente, se confundem mais do que se distinguem: as revoltas, as atitudes de rebeldia e a procura de novas oportunidades políticas lhes são comuns".
- <sup>16</sup> Décio A. M. de Saes, *op. cit.*, (1971), p: 38.
- <sup>17</sup> Sobre a diferenciação regional das contradições ver F. H. Cardoso, "A cidade e a política", p. 47, in Paul I. Singer e F. H. Cardoso, *A cidade e o campo*, São Paulo, CEBRAP, 1972, 61 p.
- <sup>18</sup> Cf. Manuel Diegues Junior, *Regiões Culturais do Brasil*, Rio, 1960 cit João Camillo de Oliveira Torres, *Estratificação Social do Brasil*, São Paulo, Difusao Européia do Livro, 1965, p. 198.
- <sup>19</sup> Maria Isaura Pereira de Queiroz, *O mandonismo local na vida política brasileira*, São Paulo, IEB, 1969, p. 109.
- <sup>20</sup> Ver a esse respeito nossa tese *La fin de la première republique au Brésil: crise politique et révolution*, Paris, Fondation Nationale des Sciences Politiques (Université de Paris) (mimeografada), 1971, pp. 261-264. Uma versão em português está sendo publicada pela Editora Paz e Terra, sob o título *Classe operária e política no Brasil*.
- <sup>21</sup> Cf. Maria José Santos, *op. cit.*, p. 292.
- <sup>22</sup> Cf. Saes, (Décio), *op. cit.*, p. 27, (1971).
- <sup>23</sup> Ver *Recenseamento de 1920*, vol I, Introdução, Rio de Janeiro, Typographia da Estatística, 1922, p. 433.
- <sup>24</sup> Essa precisão foi formulada por Michael Hall. Comente através de uma pesquisa mais detida se poderá verificar esse dado aceito como do senso comum na formação das classes médias. Tal vez o mais correto seja limitar esse processo a grupos decadentes da aristocracia rural no processo de modificação da produção do café. Além desse processo, a economia do café contribuirá para o desenvolvimento dos setores de circulação comercial e de serviços, indispensáveis à exportação do café.
- <sup>25</sup> Esse aspecto foi por nós mais desenvolvido anteriormente, *op. cit.*, especialmente o exame da cena política, pp. 105-125.
- <sup>26</sup> Sobre a definição de "Estado cartorial", ver Hélio Jaguaribe, *Economic and Political Development*, Cambridge, 1968, p. 144.
- <sup>27</sup> Oliveira Vianna, "O Idealismo da Constituição", p. 143, in A. Carneiro Leão, et. al., *à Margem da História da República*, Rio, Anuario do Brasil, 1924.
- <sup>28</sup> Saes, *op. cit.*, p. 29.
- <sup>29</sup> Ver tabela B. 8, in Maria José Santos, *op. cit.*, p. 263.
- <sup>30</sup> M. I. Pereira de Queiroz, *op. cit.*, p. 144.
- <sup>31</sup> D. A. M. de Saes, *op. cit.*, p. 33.
- <sup>32</sup> Cf. P. I. Singer, "Campo e cidade no contexto histórico latino-americano", P. I. Singer e F. H. Cardoso, *op. cit.*, p. 23.

- <sup>83</sup> Mas esse industrialismo, paradoxalmente, não era privilégio das classes médias: na imprensa operária existem inúmeros ataques aos empresários industriais que usam sua influência política para proteger as indústrias artificiais e assim aumentar o custo da vida. Há muito pouca defesa da industrialização na imprensa operária da época (devemos essa observação a Michael Hall).
- <sup>84</sup> F. H. Cardoso e Enzo Falleto, *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, Rio, Zahar, 1970, p. 65.
- <sup>85</sup> Cf. John J. Johnson, *Political change in Latin America (the emergence of the middle sectors)*, Stanford, Stanford University Press, 1967, p. VII.
- <sup>86</sup> Cit. James Petras, *Politics and Social Structure in Latin America*, New York, Monthly Review Press, 1970, p. 37.
- <sup>87</sup> Víctor Alba, "La nouvelle classe moyenne latino américaine", in *La Revue Socialiste* (133), maio 1960, p. 470, cit. Nun, *op. cit.*, p. 162; cf. Petras, *op. cit.*, p. 37.
- <sup>88</sup> Charles Wagley, *An introduction to Brazil*, New York, Columbia University Press, 1963, p. 126, cit. Petras, *op. cit.*, p. 41.
- <sup>89</sup> Esta observação devemos a Michel Debrun, que lembrou por exemplo o caso do peso político das classes médias na Argentina, ilustrado pela organização do partido radical. Para essa questão do peso político das classes médias e para o melhor conhecimento da especificidade do caso brasileiro, doravante é indispensável evitar uma comparação com as classes médias, por exemplo, da Argentina, Chile e Uruguai. Algumas aberturas já foram dadas nessa direção por Graciarena (Jorge) O poder e as classes sociais no desenvolvimento da América Latina, SP, Mestre Jou, 1971, e Ratinoff (Luis) "The new urban groups: the middle classes", pp. 61-93, in Lipset (S.M.) and Solari (Aldo), *Elites in Latin America*, London, Oxford University Press, 1967.
- <sup>40</sup> Além das formações ocasionais de oposição constituídas durante as campanhas de sucessão presidencial no período, que sempre apelaram para as populações urbanas (e as classes médias) é preciso analisar mais detidamente algumas lideranças específicas ligadas a essas classes médias, abertas para a questão do trabalho. Referimo-nos aqui a políticos como Maurício de Lacerda e Evaristo de Moraes, que diversas vezes tentaram trazer a questão operária ao debate na cena política. Ver a propósito o excelente trabalho de Mc Conarty (James Paul), *The defense of the working class in the Brazilian Chamber of Deputies, 1917-1920*. New Orleans, Tulane University (Dept. of History), M.A. Dissertation, 1973.
- <sup>41</sup> A melhor síntese das manifestações políticas das classes médias urbanas no período, na historiografia recente, foi elaborada com muito cuidado por Carone, *op. cit.*, pp. 177-189. Algumas dessas manifestações, como a revolta contra a vacina são aprofundadas pelo mesmo autor in *A República Velha (evolução Política)*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1971, pp. 198-202.
- <sup>42</sup> F. H. Cardoso e E. Falleto, *op. cit.*, p. 64. A propósito da evolução dos contingentes do exército ver o trabalho de José Murilo de Carvalho, publicado nesse livro: "As forças armadas na Primeira República: o Poder Descatalizador".
- <sup>43</sup> No texto mimeografado, p. 47.
- <sup>44</sup> Cardoso, (F.H.), *idem*, p. 56.
- <sup>45</sup> Como bem mostra Boris Fausto, *Pequenos Ensaios de História da República, 1889-1945*, São Paulo, CEBRAP, 1972, pp. 25-26, indo contra os clichés da historiografia

tradicional, o governo Hermes da Fonseca foi menos "militarista" do que a campanha poderia fazer supor, apesar das manifestações "salvacionistas".

- <sup>46</sup> Ver análise extremamente crítica do civilismo desenvolvida por José Maria Santos, *A Política geral do Brasil*, SP., J. Magalhães, 1930, pp. 434-435. Uma ilustração do tom dessa crítica. "A extensão sem dúvida notável que pode ter a propaganda "civilista", foi sobretudo o resultado dos estipêndios fornecidas pelo governo de São Paulo, sobre os fundos da valorização do café", p. 434.
- <sup>47</sup> Saes, *op. cit.*, p. 31.
- <sup>48</sup> Ver a esse respeito a crítica de Rodolfo Stavenhagen, "Seven Fallacies about Latin America", p. 25, in J. Petras e M. Zeitlin, *op. cit.*, p. 49.
- <sup>49</sup> Sobre a definição de burocracia ver Nicos Poulantzas, *Poder Político y Clases Sociales en el Estado Capitalista*, México, Siglo XXI, 1971, pp. 439-441.
- <sup>50</sup> N. Poulantzas, *op. cit.*, p. 439.
- <sup>51</sup> A respeito desse conflito ver Manoel Villa, "El surgimiento de sectores sociales medios y la revolución mexicana", p. 118 in *Revista Latino Americana de Ciencias Sociales*. A propósito do funcionalismo ver Rowland (Robert), Dependencia, Oligarquias e Camadas Médias no Brasil: notas para uma interpretação da Revolução de 1930", in Centre Europe Tiers Monde, *Dépendance et Structure de Classes en Amérique Latine*, Geneve, 1972.
- <sup>52</sup> N. Poulantzas, *op. cit.*, p. 440.
- <sup>53</sup> Sobre a característica de exclusão no sistema político nas formações sociais latino americanas ver Stanley e Barbara Stein, *La herencia Colonial de América Latina*, México Siglo XXI, 1970, p. 193, Tulio Halperin Donghi, *Histoire Contemporaine de l'Amérique Latine*, Paris, Payot, 1972, p. 186.
- <sup>54</sup> Saes, *op. cit.*, p. 46.
- <sup>55</sup> Para a melhor compreensão dessa "comédia ideológica", ver o excelente texto de Roberto Schwarz, "As idéias fora do lugar" in ESTUDOS CEBRAP, 3, jan. 1973, pp. 149 a 161. Ver também a análise do "favor" das classes dominantes com a indicação da dependência das classes médias: "Mesmo profissões liberais, como a medicina, ou qualificações operárias, como a tipografia, que na acepção européia não deviam nada a ninguém, entre nós eram governadas por ele. É assim como o profissional dependia do favor para o exercício de sua profissão, o pequeno proprietário depende dele para a segurança de sua propriedade e o funcionário para o seu posto", p. 154.
- <sup>56</sup> Ver a esse respeito José Honório Rodrigues, "O voto do analfabeto e a tradição política brasileira" pp. 135-163 e "Eleitores e Elegíveis: Evolução dos Direitos Políticos no Brasil" p. 165-179, in . H. Rodrigues, *Conciliação e Reforma no Brasil, um desafio histórico cultural*, Rio, Civilização Brasileira, 1965. Na mesma direção ver Joseph Love, "Political participation in Brazil, 1881-1969", *Luso-Brazilian Review*, 7, nº 2, dec. 1970.
- Na realidade os estrangeiros não eram excluídos totalmente do voto. Michael Hall nos lembra que a naturalização era muito fácil e que os estrangeiros podiam então votar: mas os imigrantes se preocupavam pouco com eleições. O jornal *Fanfulla* por ex., exortava os italianos a se naturalizarem e se revoltava contra o fato de os estrangeiros ignorarem todo o processo eleitoral. O mesmo autor nunca detectou na imprensa nenhuma indicação de se tentar demover os estrangeiros de votarem. Aparentemente eles consideravam (lucidamente) as eleições tão absurdas que eles não se importavam com a "mise en scene".

- <sup>57</sup> Warren Dean, *The planter as an entrepreneur: the case of São Paulo*, Austin, University of Texas, 1967, p. 147.
- <sup>58</sup> N. Poulantzas, *Fascisme et Dictature*, pp. 262-264 apresenta as principais características dos efeitos ideológicos da situação específica das classes médias no plano econômico.
- <sup>59</sup> N. Poulantzas, *op. cit.*, p. 273.
- <sup>60</sup> M. I. Pereira de Queiroz, *op. cit.*, pp. 108-109.
- <sup>61</sup> N. Poulantzas, *op. cit.*, p. 273.
- <sup>62</sup> O emprego desse termo foi inspirado na feliz metáfora de F. H. Cardoso, sobre situação do setor "moderno" na análise dualista, em "Industrialização, dependência e poder na América Latina", p. 34, in *Modelo Político Brasileiro*, São Paulo, Difusão Européia, do Livro, 1972: "A crítica mostrou, entretanto, que o dinamismo do setor moderno da sociedade não pode ser explicado independentemente dos processos que afetam o setor tradicional. Em vez de suporem que o setor moderno se justapõe ao setor tradicional da sociedade, como o óleo na água, sem levar a uma redefinição intrínseca de cada um deles, os críticos do dualismo procuram mostrar que existe uma subordinação dos interesses dos setores tradicionais aos modernos e que estes não surgem daqueles, existem em estreita relação com eles". O termo *redefinição* pretende ainda conter a crítica da possibilidade de atuação das classes médias na transformação efetiva das estruturas, na linha do conceito de "conciliação" proposto por J. H. Rodrigues, *op. cit.*, *passim*. Nele pretendemos incorporar a afirmação inicialmente proposta por Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1959, *passim*, do não antagonismo entre os interesses dos grandes proprietários de terra ligados à exportação e os grupos industriais nascentes.
- <sup>63</sup> F. H. Cardoso e E. Faletto, *op. cit.*, p. 64.